

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
PROCURADOR JURÍDICO**

Atendendo ao tema proposto, a **PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL** será corrigida no sistema duplo-cego, ou seja, por dois examinadores distintos, de modo que os corretores atribuirão nota mínima de 0,00 e máxima de 4,0, com aproximação de até duas casas decimais, obedecendo e justificando os seguintes critérios de correção:

PARECER

1. Dentro do sistema de divisão do poder, é possível o controle preventivo de constitucionalidade pelo Poder Legislativo Municipal. Em regra, o controle preventivo ocorre antes do nascimento jurídico do ato normativo (0,05). O controle preventivo no âmbito municipal é realizado pelos Vereadores, seja pelas comissões da Câmara Municipal ou pelo Plenário (0,10), tendo por objetivo verificar a compatibilidade das proposições legislativas com o sistema constitucional (0,05) e a Lei Orgânica do Município (0,05).	0,05 / 0,15 / 0,20 / 0,25
2. O Projeto de Lei nº 01/2026 é inconstitucional (0,10). A Constituição atribui a fiscalização do Município ao Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, com auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados <u>OU</u> é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais (0,25).	0,10 / 0,35
3. O Projeto de Lei nº 02/2026 é inconstitucional (0,10). O estabelecimento de tipos penais é de competência privativa da União, sendo o Município incompetente para a criação de novo crime (0,25).	0,10 / 0,35
4. O Projeto de Lei nº 03/2026 é constitucional (0,10). Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme estabelecido na Constituição Federal, sendo o comércio tema de interesse local <u>OU</u> segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial (0,25).	0,10 / 0,35
5. O Projeto de Lei nº 04/2026 é constitucional (0,10). É competência administrativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos	0,10 / 0,35

Municípios proteger o meio ambiente <u>OU</u> no âmbito da competência legislativa concorrente, disposta entre União e Estados, o Município pode complementar a legislação federal e a estadual no que couber, o que engloba a proteção ao meio ambiente (0,25).	
6. O Projeto de Lei nº 05/2026 é inconstitucional (0,10). O projeto autorizaria a prática do nepotismo na administração pública, o que é vedado, inclusive por entendimento de Súmula Vinculante <u>OU</u> o projeto viola o princípio da impessoalidade (0,20).	0,10 / 0,35
Total de quesitos avaliados:	___/2,0

QUESTÃO 1

a. O vereador não pode ser responsabilizado pelas declarações proferidas no exercício do mandato (0,20). Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato (aspecto funcional) (0,15) e na circunscrição do Município (aspecto territorial) (0,15).	0,20 / 0,35 / 0,50
b. O órgão competente para julgamento do Prefeito Municipal é o Tribunal de Justiça do Estado (0,25). Não existe foro por prerrogativa de função para atos de improbidade administrativa (0,15), sendo o juízo de primeiro grau competente para processamento e julgamento de atos de improbidade administrativa (0,10).	0,25 / 0,40 / 0,50
Total de quesitos avaliados:	___/1,0

QUESTÃO 2

a. A responsabilidade civil do Estado possui natureza objetiva (0,20). De acordo com a doutrina majoritária, a teoria adotada é do risco administrativo (0,15), bastando demonstração da conduta do agente público,nexo causal e o dano (0,05), sendo desnecessária demonstração de culpa (0,05). A responsabilidade pode ser excluída em casos de culpa exclusiva da	0,20 / 0,35 / 0,40 / 0,45 / 0,50
---	----------------------------------

vítima, força maior e caso fortuito ou fato de terceiro (0,05).	
b. Eventual condenação no valor indicado não está sujeita ao reexame necessário (0,20), na medida em que inferior ao mínimo estipulado pela legislação processual para o reexame (0,05). À luz da jurisprudência, não é admissível o ajuizamento da ação diretamente em face do servidor público ou em litisconsórcio com o ente (0,20), sendo o autor do dano parte ilegítima (0,05).	0,20 / 0,25 / 0,45 / 0,50
Total de quesitos avaliados:	___/1,0